

## **ATA NÚMERO 148/XIII (4.ª)**

M

A 16 de outubro de 2018, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 1 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### **I PARTE**

Audição do Diretor demissionário do Museu de Serralves, João Ribas, na sequência dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE, sobre a sua demissão de diretor do museu.

### **II PARTE**

Audição do Conselho de Administração da Fundação de Serralves, na sequência dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE, sobre a demissão de João Ribas de diretor do Museu de Serralves.

### **III PARTE**

1. Informações.

2. Apreciação e votação da ata da reunião de 9 de outubro de 2018.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição da Associação Portuguesa de Museologia, do Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga e do Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral, sobre o novo regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição da International Council of Museums (ICOM) Portugal e da International Council of

Museums (ICOM) Europa, sobre as anunciadas alterações ao regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos

5. Outros assuntos.

---

## I PARTE

### **Audição do Diretor demissionário do Museu de Serralves, João Ribas, na sequência dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE, sobre a sua demissão de diretor do museu**

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas vindas ao diretor demissionário do Museu de Serralves, João Ribas, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Senhor Deputado Jorge Campos (BE), autor de um dos requerimentos em apreciação.

O **Senhor Deputado Jorge Campos (BE)** começou por afirmar não conseguir perceber como é que, trabalhando em articulação, o Conselho de Administração e o Curador chegaram a uma situação destas. Como é que se justifica que um dia após a abertura o curador João Ribas, que era também diretor de Serralves, tenha apresentado a demissão, perguntou. Observou que, segundo o que disse João Ribas, na base desta demissão esteve uma suposta «intervenção puritana» do Conselho de Administração no sentido de alterar aquilo que ao curador compete organizar e dispor. Disse também que o Grupo Parlamentar do BE não entende como é que um conselho de administração pode vir a interditar uma exposição quando isso está completamente fora do quadro legal existente, perguntando a João Ribas se havia provas dessa intromissão, se ela foi presenciada por alguém e se a mesma tinha sido filmada pelas câmaras de vigilância.

O **Senhor Deputado José Magalhães (PS)** perguntou a João Ribas se tinha sido ele a escolher as fotografias da exposição e se podia explicitar a razão de 20 fotografias do artista terem ficado de fora se discordava da solução de «sala acessível a todos mas onde os menores podem entrar com um adulto responsável devidamente sinalizada». Se em todas as salas há nus integrais e órgãos

genitais em exibição destacada, em que se traduz concretamente a descontextualização profunda a que aludiu João Ribas.

O **Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD)** pediu a João Ribas um comentário sobre a existência ou não de truncagem na exposição como resultado de uma ação do Conselho de Administração (tal como é referido no requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE) e o decorrer do processo de realocização de obras. No decorrer da sua intervenção, colocou três questões a João Ribas: quanto à questão de haver ou não acesso condicionado a menores de 18 anos, o facto de haver salas condicionadas configura um ato de censura tal como foi já apelidado ou, pelo contrário, traduz uma atitude prudente, de bom senso e ponderada? Estava ou não previsto que as obras de cariz sexual explícito fossem instaladas numa sala de acesso restrito? Para essa decisão foi ou não tido em conta que o Museu de Serralves é visitado anualmente por milhares de crianças de centenas de escolas e não apenas por adultos com capacidade de autodeterminação?

A **Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP)** iniciou a sua intervenção afirmando ser primordial apurar se as insinuações feitas de que houve atitudes de censura por parte de uma instituição como Serralves são ou não verdadeiras e se justas ou injustas. Sendo a censura um ato gravíssimo, que sonega aos cidadãos o acesso à informação (neste caso em concreto à fruição cultural), não se pode nem deve brincar com esse termo de ânimo leve, disse. Perguntou a João Ribas se era ou não verdade que foi acordado desde o princípio que haveria uma sala reservada (o que não é a mesma coisa do que uma sala interdita). Não havendo qualquer dúvida quanto à relevância mundial e à qualidade do fotógrafo Robert Mapplethorpe, perguntou a João Ribas se tinha consciência de que havia peças não indicadas para menores (assim são qualificadas por outros espaços expositivos internacionais de renome) e qual tinha sido a razão que o levou a lançar o anátema sobre a Fundação de Serralves de existência de censura. Disse também que, na medida em que se encontra prevista a entrada para maiores de 18 anos e para menores de 18 anos desde que acompanhados ou autorizadas pelos seus responsáveis legais, para o Grupo Parlamentar do CDS-PP não se registou de facto qualquer ato de censura. Por fim, perguntou a razão que esteve subjacente ao facto de Serralves ter pago 179 obras e de só estarem expostas 161.

A **Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP)** questionou João Ribas sobre a razão de ser da sua

atitude de manter o silêncio perante a interferência do Conselho de Administração até uma hora antes da abertura ao público da exposição do fotógrafo norte-americano. Adiantou também que, segundo o próprio João Ribas, as pressões e ingerências do Conselho de Administração começaram dias antes da inauguração da exposição. Se isso corresponde de facto à realidade, então porque é que na visita guiada com os jornalistas não foi feita qualquer alusão a essa questão, só tendo dela dado conta mais tarde. Perguntou também qual era a perceção do diretor artístico sobre este tipo de situações e se porventura se registaram outras atitudes menos próprias por parte do Conselho de Administração em relação aos trabalhadores da instituição.

**João Ribas** respondeu às questões colocadas pelos Senhores Deputados no seguimento de cada intervenção, tendo começado por afirmar que a exposição de Mapplethorpe patente em Serralves foi alvo de censura e que a palavra "cancelamento" chegou a ser mencionada. Teve de se "conter" para evitar um mal maior com o cancelamento da exposição e que considera que houve de facto uma pressão intolerável que quebra todos os princípios fundamentais de uma instituição cultural. Disse ser rigorosamente verdade que na semana da montagem da exposição houve interferência do Conselho de Administração, tendo de seguida explicitado que a exposição começou a ser montada no dia 15, que no dia 17 foi «chamado pela comissão executiva para construir um muro para separar parte da sala e para refazer parte da exposição», que no dia 18 foram "relocalizadas" as obras e que no dia 19 a palavra «cancelar» foi proferida diante os representantes da fundação norte-americana de Robert Mapplethorpe. Adiantou também que no dia 20, dia da inauguração da exposição e uma hora antes da conferência de imprensa, o Conselho de Administração mandou retirar duas obras, facto que foi presenciado por várias pessoas e registado pelas câmaras de videovigilância, o que classificou ser um «ato de censura intolerável», razão essa que o levou a apresentar a demissão na medida em que considera inaceitável a existência desse tipo de ingerência numa das mais importantes instituições culturais da Europa.

Considera que a existência de uma sala interdita a menores de 18 anos é algo de inédito, que há responsabilidade de informar e que é importante dar ao visitante a liberdade de escolher ser confrontado com o que quiser, avisando que há conteúdos adequados a adultos ou menores de 18 anos acompanhado por um adulto. A sinalética existe para gerir a sensibilidade dos visitantes, mas a escolha de visitar deve ser das pessoas.

Na segunda ronda, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados José Carlos Barros

(PSD), José Magalhães (PS), Jorge Campos (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), tendo João Ribas respondido no final às questões colocadas.

As gravações áudio e vídeo encontram-se disponíveis na [página internet da Comissão](#).

## II PARTE

### **Audição do Conselho de Administração da Fundação de Serralves, na sequência dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PS e do BE, sobre a demissão do diretor do Museu de Serralves**

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas vindas aos membros do Conselho de Administração da Fundação Serralves, Ana Pinho, Presidente, Manuel Cavaleiro Brandão, Vice-Presidente, Manuel Ferreira da Silva, Vice-Presidente, Isabel Pires de Lima, Vice-Presidente, Carlos Moreira da Silva e José Pacheco Pereira, administradores, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Senhor Deputado Jorge Campos (BE), autor de um dos [requerimentos](#) em apreciação.

O **Senhor Deputado Jorge Campos (BE)** iniciou a sua intervenção reportando-se à polémica gerada em torno desta situação, o que levou à apresentação do requerimento por parte do Grupo Parlamentar do BE propondo a audição do curador João Ribas e do Conselho de Administração da Fundação Serralves. Aludiu à importância extremamente relevante da Fundação Serralves, uma das instituições que melhor representa Portugal a nível internacional, que, quando decidiu fazer a exposição de Robert Mapplethorpe, artista controverso há mais de 40 anos, já sabia com certeza que algumas das fotografias que iam estar em exposição podiam ser controversas. Aludiu também ao facto de no dia a seguir à inauguração da exposição o curador João Ribas se ter demitido, o que, atendendo à importância de Serralves e à imagem negativa que este tipo de acontecimentos pode acarretar, deixou a todos surpreendido e preocupado. Para o Grupo Parlamentar do BE o importante é saber se houve ou não intervenção da administração no trabalho do curador, sendo essa uma questão que importa clarificar e que nada tem a ver com o conteúdo das obras. Não deixou também de sublinhar que numa exposição deste tipo é indispensável tomar as devidas precauções, havendo procedimentos prévios que podiam e

deviam ter sido adotados para acautelar esse tipo de situações. Concluiu a sua intervenção perguntando à Senhora Presidente do Conselho de Administração se tinha havido da parte do Conselho de Administração algum tipo de intervenção que tenha limitado o trabalho criativo do curador.

Antes de responder às questões colocadas a Senhora Presidente do Conselho de Administração de Serralves fez uma [declaração inicial](#), que pode ser consultada na página da Comissão.

De seguida, a **Senhora Deputada Carla Sousa (PS)** apresentou o requerimento do Grupo Parlamentar do PS, agradecendo também o enquadramento feito pela Senhora Presidente do Conselho de Administração e sublinhando a importância da Fundação Serralves com a exposição de inúmeros trabalhos de artistas internacionais, projetando cada vez mais o nome de Serralves a nível internacional. Registou como negativa a ocorrência de toda esta situação que veio manchar o percurso construído ao longo de muitos anos pela Fundação e pelos grandes diretores artísticos que por lá já passaram, consolidando todo aquele projeto. Lembrou que João Ribas, na audição havida anteriormente, disse que no dia 17 de setembro foi chamado à Comissão Executiva, que no dia 18 pediram-lhe para realocar algumas obras, que no dia 19 foi usada a palavra «cancelamento» e que no dia 20 a administração mandou retirar dois quadros, tendo os restantes ficado de fora porque a linha expositiva seguida tinha sido alterada a pedido. Por último, perguntou se a relação institucional existente entre João Ribas e a administração estabelecida há cerca de quatro anos e seis meses tinha vivido algum período de instabilidade.

O **Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD)** disse que à política não compete propriamente opinar sobre questões relativas à curadoria, saber porque é que uma obra foi para uma sala reservada e não para outra e intrometer-se em instituições que têm os seus órgãos próprios de gestão e funcionamento. O que interessa, sim, é esclarecer a acusação de censura feita, questão-chave de todo este processo, extremamente negativa para a Fundação Serralves e para a sua reputação internacional. O ex-diretor do Museu de Serralves disse que o Conselho de Administração deu ordens para a retirada de obras, o que já foi negado pelo próprio Conselho de Administração. Em relação às 159 imagens escolhidas pelo curador, questionou a Senhora Presidente do Conselho de Administração sobre a razão de não terem sido expostas 20 obras, bem como acerca do processo de decisão que conduziu à reserva de uma sala e se essa tinha sido uma decisão do conselho de administração, do curador ou se foi partilhada.

A **Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP)** disse ser absolutamente liberal, que para si as liberdades individuais são valores intocáveis, que a censura é uma violência gravíssima e incompatível com a sua forma de estar na vida e com o Estado de direito tal como o entende, sendo exatamente sobre essa matéria que os Deputados se devem debruçar, bem como acerca das acusações e alegações de censura repetidas à náusea em notícias e artigos de opinião, acusações essas que não podem ser confundidas com divergências de opinião no diálogo que é estabelecido entre a administração de uma instituição, a curadoria e a direção artística. Por outro lado, disse ter sido com grande estupefação que ouviu João Ribas referir-se a uma sala interdita para, depois, reconhecer que não era uma sala interdita e que concordava com a necessidade de haver uma sala reservada para determinadas obras especialmente chocantes e que não podiam ser apresentadas a todos os públicos. Estando em causa um sítio com o prestígio e as características de Serralves, espaço de promoção cultural e de captação de um público de todas as faixas etárias, imagina que desde o início terá sido ponderada a possibilidade de haver uma sala reservada e daí não compreender as declarações de João Ribas. A este propósito, sublinhou que, apesar de todos saberem que os menores hoje em dia têm acesso a tudo através da internet, ninguém se pode esquecer que quando uma criança, um jovem, um adolescente entra em Serralves a responsabilidade passa a ser da Fundação. Para terminar, perguntou se as duas obras tinham sido retiradas do espaço principal para o espaço reservado ou se tinham sido retiradas e ponto final.

A **Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP)** disse que, subsistindo dúvidas e versões tão contraditórias, importa apurar o que efetivamente se passou. A administração rejeita liminarmente as acusações de João Ribas. A existência de salas reservadas decorreu de um entendimento comum entre a administração, a curadoria e a o diretor artístico. Para melhor compreender o que de facto se passou importa apurar se essas tal sala reservada de que se fala tem uma sinalética de informação sobre o conteúdo da exposição a visitar se se foi tido em conta o impedimento de acesso a menores e se chegou a estar afixado um aviso a impedir a entrada a menores a essa sala. Quem o colocou e quem é que decidiu sobre a sua colocação? Todos estiveram de acordo? Se sim, porque foi alterado? Por outro lado, sublinhou que foi afirmado não ter havido qualquer interferência relativamente à seleção das obras expostas. Houve alguma sugestão ou indicação em relação aos próprios percursos expositivos, perguntou. O que se passou com o catálogo da exposição? Na sequência de todos estes acontecimentos, surgiram

movimentações da parte dos trabalhadores que terão entregue uma carta à administração e daí ser importante perceber os aspetos que mais preocupam os trabalhadores.

A Senhora Presidente do Conselho de Administração respondeu a cada um dos Senhores Deputados no seguimento de cada intervenção, tendo afirmado que nunca houve censura em Serralves e que as acusações feitas pelo ex-diretor artístico do museu não têm fundamento, não tendo o Conselho de Administração feito algo de repreensível, nem face ao diretor do museu nem face ao curador da exposição. Disse também ser um insulto serem chamados de censores e que a atitude de João Ribas revelou imaturidade e inequívoca deslealdade, tendo dito aos jornais o que não disse à administração e dito à administração o que não disse aos jornais. A partir desse momento o Conselho de Administração teve de perguntar a João Ribas o que se estava a passar e garantir que o que estava combinado era feito.

Salientou que todas as decisões foram tomadas de acordo com o curador da mostra, tendo a este propósito dito que a exposição ia mais longe do que muitas exposições noutros países, que evitaram muitas das obras lá expostas.

Apesar de João Ribas ter dito na entrevista que deu que não haveria resguardo, que não poderia haver impedimento ao acesso as obras, a verdade é que foi ele próprio quem propôs a existência de um espaço reservado, o que é bem revelador de uma certa imaturidade e deslealdade e o que a uma perda de confiança por parte do Conselho de Administração no diretor de museu. Foi exatamente nessa altura que o Conselho de Administração pediu explicações a João Ribas, que não foi capaz de explicar o que tinha dito ao jornal *Público*, o que aumentou ainda mais a nossa perplexidade, tendo convidado os administradores a visitarem a mostra, o que, de resto, nunca acontece. Disse também que, estando quase há nove anos em Serralves, nunca a administração foi ver uma exposição antes dela ser inaugurada, mas a situação inusitada criada e a possibilidade de esta se vir a dar origem a algo de grave, levou o Conselho de Administração a aceder ao convite. Quando foram visitar as galerias houve uma discussão sobre que obras deveriam ir para essa sala reservada. Ele fez as sugestões e ficou acordado que assim seria, nunca tendo o Conselho de Administração pedido para tirar nenhuma obra da exposição. A ideia de ter uma sala reservada foi de João Ribas e não da administração, que nunca pediu para qualquer uma das obras ser retirada da exposição.

Garantiu também que os avisos colocados na exposição são exatamente do mesmo tipo daqueles que os museus de todo o mundo que exibiram a exposição de Mapplethorpe utilizaram e que, nesse sentido, as declarações de João Ribas foram feitas de má fé. Respondendo à questão colocada por alguns Senhores Deputados, disse que o primeiro aviso colocado na exposição, que proibia o acesso de menores de idade a uma das salas da exposição, estava errado e que tinha havido um pedido para que se colocasse o aviso legalmente aplicável. Foi-nos dito pelos serviços que era aquele aviso, o que se veio a verificar não corresponder à verdade. Depois e se ter verificado que de facto a legislação que legitimava o aviso não era diretamente aplicável, o aviso foi logo alterado.

Em relação à ameaça de cancelamento da exposição de que falou João Ribas, diz ter ficado surpreendida, não sabendo sequer a que se refere.

Lamentou ainda que, por iniciativa do diretor, tenham sido pagas 20 obras que não foram utilizadas na exposição dedicada ao fotógrafo norte-americano.

Relativamente à questão de saber se já existiam problemas com o diretor demissionário, nunca houve tensão entre o João Ribas e a administração de Serralves, nem com esta nem com a anterior.

Na segunda ronda usaram da palavra os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), José Magalhães (PS), Jorge Campos (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), que prescindiram da 2.ª ronda por se mostrarem completamente esclarecidos.

A documentação da audição e os suportes áudio e vídeo encontram-se disponíveis, para consulta, na [página da Comissão](#).

### III PARTE

#### 1. Informações

**1.1** Entrando na primeira parte do primeiro ponto da terceira parte da Ordem do Dia, a Senhora Presidente informou que o calendário do Orçamento do Estado tinha sofrido algumas alterações e

que a audição do Senhor Ministro da Educação teria lugar no dia 2 de novembro, às 16 horas, e a da Senhora Ministra da Cultura no dia 6 de novembro, às 10 horas, mas que o mesmo, fruto da remodelação ocorrida recentemente no Governo, podia ainda vir a ser alterado e a sofrer alguns ajustamentos.

**1.2** No âmbito ainda deste ponto deu ainda conta da baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto da [proposta de lei n.º 155/XIII \(4.ª\)](#) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019 —, cujo parecer tinha de ser enviado à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa até 23 de outubro de 2018, tendo o Grupo Parlamentar do PS transmitido que a Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) seria a relatora da iniciativa.

Informou também da baixa à Comissão da [proposta de lei n.º 156/XIII \(4.ª\)](#) — Aprova o Orçamento do Estado para 2019 —, cujo parecer tinha igualmente de ser enviado à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa até 23 de outubro de 2018 —, tendo a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) informado que ela própria seria a sua relatora.

**1.3** Por último, a Senhora Presidente deu a conhecer à Comissão que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tinha apresentado um requerimento solicitando que a Comissão diligencie junto da Presidente da Comissão de Avaliação Bipartida da Cultura para que envie informação detalhada sobre a aplicação do PREVPAP na Lusa, RTP, OPART e DGPC, documentação essa que a Senhora Presidente, aquando da sua audição em Comissão no dia 18 de setembro, se comprometeu a enviar à Comissão, o que ainda não aconteceu.

## **2. Apreciação e votação da ata da reunião de 9 de outubro de 2018**

A [ata](#) foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

**3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição da Associação Portuguesa de Museologia, do Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga e do Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral, sobre o novo regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos**

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) usou da palavra para fazer a apresentação do [requerimento](#), referindo que o Governo anunciou que o novo regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos seria aprovado em Conselho de Ministros até ao fim de 2018 e que entraria em vigor no próximo ano. Disse também que até ao presente várias entidades e personalidades pronunciaram-se de um modo muito crítico sobre esse novo regime e daí ser imperioso proceder à audição da Associação Portuguesa de Museologia, do Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga e do Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral para que se possam pronunciar sobre esta questão em concreto.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) defendeu que, não havendo ainda um novo regime jurídico e uma vez que o processo ainda nem sequer estava em discussão pública, seria mais prudente aguardar pela versão final do projeto de diploma, agendando essas audições para o período após a aprovação do Orçamento do Estado para 2019.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) informou a Comissão que o Grupo Parlamentar do BE retira o requerimento por si apresentado para audição do ICOM, que será de novo apresentado quando existir uma base material de discussão mais concretizada e sedimentada.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) frisou que, sendo a questão da autonomia de gestão dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos extremamente relevante, o Grupo Parlamentar do PCP valoriza todo o esforço feito no sentido de promover o necessário esclarecimento desta questão. Defendeu também que a possibilidade de adiamento das audições para um momento posterior ao Orçamento do Estado era avisada, mas que, não havendo consenso quanto a esse ponto, o Grupo Parlamentar do PCP requer que seja feita uma audição pública sobre a questão genérica da autonomia dos museus, ouvindo todas as entidades referidas nos requerimentos dos Grupos Parlamentares do PSD e do BE e outras que os Grupos Parlamentares venham a sugerir.

A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) manifestou a concordância com o Grupo Parlamentar do PSD, frisando que inclusivamente o projeto de decreto-lei sobre esta matéria já tinha sido enviado aos vários intervenientes e objeto de discussão na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, fruto da aprovação de um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Uma vez terminada a discussão deste ponto, o requerimento do PSD foi submetido a votação, tendo sido rejeitado, com os votos contra dos Grupos Parlamentares do PS, BE e PCP e votos a favor dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP.

O requerimento oral apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, foi aprovado, com os votos a favor dos Grupos Parlamentares do PCP, PS e BE e as abstenções dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP.

**4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição da International Council of Museums (ICOM) Portugal e da International Council of Museums (ICOM) Europa, sobre as anunciadas alterações ao regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos**

O Grupo Parlamentar do BE retirou o requerimento apresentado.

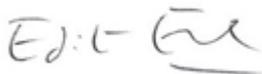
**5. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de outubro de 2018

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(EDITE ESTRELA)**

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP na reunião de 23 de outubro de 2018.

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria  
Carla Sousa  
Diana Ferreira  
Diogo Leão  
Edite Estrela  
Helga Correia  
Hugo Carvalho  
Ivan Gonçalves  
Joana Barata Lopes  
João Pinho de Almeida  
Joel Sá  
Jorge Campos  
José Carlos Barros  
José Magalhães  
Margarida Balseiro Lopes  
Pedro do Ó Ramos  
Susana Lamas  
Teresa Caeiro  
Ana Mesquita  
Ana Sofia Bettencourt  
Carlos Silva  
João Marques  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Manuel Rola

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sara Madruga da Costa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Monteiro